

MARCO MACIEL

EDUCAÇÃO E DESIGUALDADES

BRASÍLIA — 1990

SENADOR MARCO MACIEL

**EDUCAÇÃO E
DESIGUALDADES**

BRASÍLIA — 1990

O Autor

Marco Antonio de Oliveira Maciel é pernambucano do Recife, nascido a 21 de julho de 1940. É casado com a socióloga Anna Maria Ferreira Maciel, com quem tem três filhos.

Graduou-se pela tradicional Faculdade de Direito do Recife, em 1963, sendo advogado inscrito na OAB — Seção de Pernambuco e tendo exercido a profissão no Fórum da Capital pernambucana.

Marco Maciel foi estudante de ativa participação, eleito duas vezes presidente do DCE (Diretório Central dos Estudantes) da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco) e da UEP (União dos Estudantes de Pernambuco), posto máximo da representação estudantil do Estado.

Professor de Direito Internacional Público, na Universidade Católica de Pernambuco, tem, igualmente, ministrado aulas em diversas instituições de ensino superior do País. Em 1969, esteve em Harvard fazendo curso de extensão sobre instituições americanas.

Governou o Estado de Pernambuco de 1979 a 1982.

Eleito Senador da República em 1982. Antes de licenciar-se, atendendo a convocação do Presidente Tancredo Neves para ser o Ministro da Educação na Nova República, foi membro das Comissões de Relações Exteriores e de Assuntos Regionais e suplente da Comissão de Educação e Cultura do Senado. Presidiu também a Comissão Especial Mista incumbida de programar a passagem dos centenários da Proclamação da República e da Primeira Carta Republicana no País.

Morto Tancredo Neves, Marco Maciel foi confirmado como ministro da Educação pelo Presidente José Sarney, que, em fevereiro de 1986, na reforma do ministério, nomeou-o Ministro-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Publicou, entre outros, os seguintes trabalhos: *Algumas considerações sobre organizações internacionais a ONU* (1969). *Missão do político* (1970). *O mar de 200 milhas e o desenvolvimento nacional* (1971). *Partidos políticos* (1971). *Algumas considerações sobre atribuições do Congresso Nacional na Emenda Constitucional n° 1, de 1969* (1971-72). *Um conceito do Direito Internacional* (1972). *Discursos* (1972). *Corredor de exportação para o Nordeste* (1972).

A ferrovia como instrumento de desenvolvimento nacional (1973). Regiões metropolitanas (1973). Nordeste: atualidades e perspectivas (1975). Temas nacionais de interesse regional (1976). O programa nuclear como exigência do desenvolvimento nacional (1977). O Poder Legislativo e os partidos políticos no Brasil (1977). A universidade e o aperfeiçoamento democrático (1977). Educação e liberalismo (1978). Vocação e compromisso (1982). Cem anos de República (1983). Nordeste: o semi-árido (1983). Reforma tributária (1983). Sucro-Álcool-Química: nova fronteira econômica (1983). Simplificação das leis (1983). Frente Liberal: proposta e partido (1985). Idéias liberais e realidade brasileira (1989).

Aspectos fundamentais da educação no Brasil

Um homem não se educa para que possa sobreviver, pois os que não tiveram acesso à educação também sobrevivem. O homem educa-se, primeiro, para que seja capaz de dominar os instrumentos indispensáveis à sua plena realização pessoal.

Impõe-se também pensar na extensão universitária, isto é, no cumprimento de uma tarefa, que é política, de fazer com que a universidade resgate por sua vez o compromisso com a realidade social que a cerca.

Para entendermos o que representa o desafio da educação brasileira, temos que nos deter em alguns aspectos fundamentais de nossa realidade.

O Brasil é, hoje, uma das maiores economias do mundo. Temos a sexta população do universo e somos o quinto País em extensão territorial de todo o Planeta. Dispomos, virtualmente, de todos os recursos naturais aproveitados em escala comercial pelo homem. Pelos padrões atuais de consumo algumas de nossas reservas são consideradas inesgotáveis. Ocupamos apenas a menor parte do nosso território e o aproveitamento econômico de nossas disponibilidades permite-nos suprir as necessidades do nosso povo e gerar excedentes exportáveis para atender a uma população pelo menos dez vezes superior à nossa.

Tudo isso faz de nosso País uma nação vocacionada não só para a liderança mas também para o desenvolvimento e a paz, aspirações permanentes de nosso povo.

O legado de nossos antepassados

Para que chegássemos ao estágio em que hoje nos encontramos, as gerações que nos antecederam tiveram que vencer obstáculos e desafios, de forma criativa de que podemos nos orgulhar. Expandimos o nosso território, consolidamos nossas fronteiras e estabelecemos uma convivência pacífica com nossos vizinhos, sem que jamais tivéssemos que nos empenhar em guerras de conquista.

O talento da diplomacia brasileira assegurou-nos a coerência de nossa política externa e o escrupuloso respeito à autodeterminação de todos os povos. Jamais deixamos de crescer e de expandir as nossas conquistas materiais. Criamos uma democracia racial e aos poucos nos miscigenamos em irreversível processo.

Mas, nada disso faz do Brasil uma nação sem problemas. Se expandimos e aprimoramos nossas relações sociais de forma harmônica, nem por isso superamos todos os desafios. Vivemos crises políticas intermitentes e nos defrontamos periodicamente com dificuldades econômicas que temos superado de acordo com as contingências de nossa inserção no cenário internacional.

Resgatamos, bem ou mal, para gerações futuras, padrões econômicos e de desenvolvimento político-cultural insuperavelmente superiores àqueles a que poderíamos aspirar algumas décadas atrás. Desenvolvemos intenso processo de migrações internas e de urbanização que, representando embora ônus até certo ponto inevitável, imposto pelo processo, por outro lado acentuou e agravou nossa situação, pondo-nos perante novas questões.

O imperativo da justiça social

Um país com o grau de massificação que atingimos só se estabilizará política, social, econômica e institucionalmente na medida em que formos capazes de dar estabilidade às relações entre as classes e entre as regiões.

Enquanto os quarenta por cento mais pobres do País dispuserem de menos de dez por cento de toda a renda e os três por cento mais ricos desfrutarem de mais de vinte por cento dela, não poderemos ter justiça social.

Enquanto a renda no Nordeste for um terço da renda nacional, que, por sua vez, é um terço da que desfrutam as regiões mais desenvolvidas, estaremos em situação de precário equilíbrio.

Enquanto, enfim, tivermos que optar entre as incertezas precárias do populismo e as imposições do autoritarismo, viveremos sob o risco de crise política.

Todas essas diferenças, que nos separaram internamente e parecem comprometer nosso processo de desenvolvimento, têm uma só e preponderante razão: as desigualdades abissais entre os que tudo têm e os que nada possuem, entre os que dominam os conhecimentos e os analfabetos, entre os que tudo podem e os que apenas sobrevivem.

A desigualdade parece ser a marca do nosso processo de desenvolvimento. Este tem sido nosso maior desafio.

Disparidades e contrastes

O País tem hoje o conhecimento indispensável e os recursos disponíveis para dominar o ciclo do átomo. Em alguns anos, dependendo apenas das disponibilidades dos recursos econômicos, teremos condições de participar da corrida espacial, da mesma forma como já estamos participando da corrida pelo domínio da informática, essa ferramenta vital para acelerar os nossos processos de desenvolvimento econômico e social. Somos uma das poucas nações do mundo a possuir um satélite exclusivo de comunicações.

Temos domínio, quase completo, de nosso espaço aéreo e já possuímos a tecnologia indispensável para exploração de nossos recursos naturais na plataforma submarina brasileira, que é das mais extensas do mundo. Temos, em suma, o potencial de todo o progresso humano.

Demos algumas contribuições relevantes e definitivas nas diversas áreas do conhecimento, como na medicina tropical, na erradicação de endemias, na física e em todos os campos das artes. Temos todos os recursos humanos, técnicos e econômicos

para sermos numa grande nação, o que é, aliás, nosso destino histórico.

Mas, ao lado disso, temos milhões de analfabetos absolutos. Um terço da nossa população vive fora da economia de mercado e quase quarenta por cento dos adultos não dispõem de meios dignos de subsistência. Os padrões de saneamento são ainda baixos nas cidades e quase inexistentes no campo. As taxas de evasão e repetência escolar são inaceitáveis e as de mortalidade infantil igualmente graves e preocupantes.

Essa disparidade de padrões, esses extremos de miséria e opulência, da realidade em confronto com a potencialidade, parecem caracterizar a posição da maior parte dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento do chamado Terceiro Mundo.

O que caracteriza os países em vias de desenvolvimento, tanto quanto o padrão de pobreza, é a convivência, dentro do mesmo espaço físico, de modernas técnicas com outras decadentes e superadas.

É também a coexistência da fome com o desperdício, do analfabetismo com a mais avançada tecnologia, da riqueza material com as carências culturais; dos padrões de saúde que permitem em áreas do País sermos capazes de vencer a morte, realizar transplantes, enquanto em outras ainda se morre de endemias e de doenças que podem ser erradicadas e prevenidas pelas vacinas. Nosso processo de desenvolvimento caracteriza-se, portanto, pela disparidade e pelo contraste.

Conceito abrangente de educação

Dentro deste quadro, sem dúvida, a educação tem um enorme papel a cumprir. Um homem não se educa para que possa sobreviver, pois os que não tiveram acesso à educação também sobrevivem. O homem educa-se, primeiro, para que seja capaz de dominar os instrumentos indispensáveis à sua realização pessoal.

Realização tanto no âmbito material, participando do processo produtivo e tendo acesso aos bens produzidos coletivamente, quanto no campo espiritual, para que possa desfrutar das criações imperecíveis do espírito, no campo das artes, da literatura, enfim

de todas as formas de criação humana. Mas ninguém se realizará pessoalmente se não for capaz de plena realização social.

Gregário por natureza, o homem civilizado cumpre também uma função política na medida em que toma parte no governo de sua cidade, de seu Estado e de seu País, e na proporção em que é capaz de determinar seu próprio futuro. A educação nesse ponto tem destacado papel a cumprir, pois trata-se de poderoso instrumento de realização pessoal e social.

Educação não se restringe a conhecimento formal, que se adquire na escola — o conhecimento sistematizado e organizado em áreas específicas, aquilo que usualmente denominamos de ensino; este, apesar de constituir poderoso instrumento, é apenas parte do processo educativo.

Para educar uma criança, para complementar a educação adolescente e para suplementar a educação do adulto é preciso prepará-los para a cidadania, para suas responsabilidades coletivas, para seus deveres cívicos e para desfrute de seus direitos, enfim para suas responsabilidades políticas. Mas isto só não basta.

O processo educativo é o instrumento que desperta as potencialidades de cada indivíduo, não apenas ensinando-lhe uma profissão, um ofício ou uma determinada técnica. A educação deve permitir o pleno exercício da dúvida, da especulação e da busca da verdade.

O homem educado não é necessariamente um homem sábio, mas um homem capaz de buscar o caminho da sabedoria. Esta é a razão por que os especialistas costumam dizer que educação é processo em permanente desenvolvimento. Ninguém pode ser considerado educado se não for capaz de adquirir novos conhecimentos e de desfrutar de todas as formas da criação humana.

Oportunidade para todos

O nosso processo de desenvolvimento é o processo dos contrastes, é a história das desigualdades, é o confronto dos extremos. Uma sociedade democrática é aquela que dá a todos os seus integrantes o instrumento essencial e eficiente para superar as diferenças: a educação. Numa sociedade de pessoas educadas as diferenças reduzem-se porque sendo todas igualmente habili-

tadas passam todas a ter a mesma possibilidade de superar as diferenças que as separam.

Os homens educados, portanto, são antes de mais nada iguais em potencial de criatividade e de desenvolvimento. Por isso são capazes de ter o mesmo desempenho econômico e de produzir na mesma escala. Uma sociedade educada tende a ser uma sociedade igualitária. Igualitária, não no sentido de serem todos idênticos, mas no de terem todos as mesmas oportunidades.

A escola pode proporcionar ensino sistematizado, pela transmissão do conhecimento, mas isso está longe de significar educação integral do homem, que deve envolver a sociedade como um todo. Aliás, é o que dispõe o artigo 205 de nossa Constituição: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para que todos tenham igualdade de oportunidades educacionais, portanto, não basta que as escolas proporcionem o mesmo ensino com o mesmo padrão de qualidade. É preciso, no lar e na escola, que todas as crianças tenham o mesmo padrão de educação. Isso implica desfrutar de direitos fundamentais de assistência médica, de padrões culturais que mantenham a sua identidade, de facilidades de transportes, de alimentação adequada e até de lazer. Sem isto, a igualdade de oportunidade é uma utopia.

A educação como prioridade

Para vencer a barreira do subdesenvolvimento é preciso que o Estado cumpra o dever de suprir a mesma educação para todos, dê a todos a mesma educação que lhe for materialmente possível. Se não proporcionamos ensino a todas as crianças, o número absoluto de analfabetos adultos não cessará de crescer.

Um desafio dessa natureza não pode ser vencido apenas com os instrumentos precários da vontade do Estado. Essa é uma tarefa para toda a sociedade, para todas as instituições.

Cumpra mobilizar a sociedade para que faça também da educação sua prioridade. Nós temos um objetivo a atingir: proporcionar a melhor educação possível a todos indistintamente. Os ideais

democráticos de um regime político estável, de um sistema econômico justo e de uma ordem social solidária e fraterna só serão materializados no dia em que educação para todos deixar de ser a mais importante de nossas metas para se transformar na mais palpável de nossas realidades.

Quando falamos em educação para todos referimo-nos, obviamente, ao acesso ao ensino médio e, sobretudo, ao fundamental, sem que isso signifique descaso em relação aos outros níveis de ensino.

Conceito de universidade brasileira

Se essa preocupação diz respeito à escola básica, com muito mais razão é válida com respeito à universidade. Os problemas de qualidade de ensino, de igualdade de oportunidades educacionais e de liberdade de escolha da educação não são típicos apenas do ensino fundamental e do médio. Eles se reportam, também, à concepção que devemos ter da universidade brasileira e de sua função no conjunto das instituições nacionais.

É preciso considerar o ensino superior como instrumento da mobilidade social e econômica, como um direito, já que é uma aspiração de toda a sociedade. Os sistemas de seleção para acesso à universidade são apenas formalmente democráticos, na medida em que são abertos a todos os jovens, que, teoricamente, tiveram o mesmo tempo de escolarização ou cumpriram determinadas exigências de nosso processo educacional.

Na realidade, porém, o que demonstram os estudos realizados é que às universidades oficiais só têm acesso alunos oriundos de famílias economicamente dotadas, que puderem cumprir seu tempo de escolaridade nos centros de ensino mais qualificados. Restam para os demais as vagas que a rede particular de ensino superior, autorizada pelo Estado, pode oferecer a custos que se tornam, cada vez mais, acessíveis apenas a uma camada mais restrita da população.

Estamos condenando a juventude brasileira a entrar sempre mais precocemente na força de trabalho, comprometendo a sua especialização profissional, por impossibilidade material de cobrir os custos da educação.

Uma proposta de universidade

É necessário também formular uma proposta para a universidade brasileira, que seja resultante de esforço participativo de toda a sociedade, de modo especial da comunidade universitária.

O resultado dessa reflexão crítica constituiria um valioso repertório de opiniões e de decisões a ser submetido, ao mesmo tempo, ao crivo da opinião pública e, em nível político, ao poder decisório do Congresso Nacional para que, assim instrumentado, resolva soberanamente sobre os temas que lhe forem sugeridos. Inevitavelmente, seriam suscitadas questões como a autonomia universitária, os limites de seus recursos e meios de financiamento, seu próprio conceito, sua instrumentação técnica, os requisitos da qualificação acadêmica, os objetivos do intercâmbio universitário, o cumprimento das tarefas de extensão etc.

Os problemas da nossa universidade

Sob suas atuais condições, a universidade brasileira corre o risco de se transformar numa corporação de ofício, encarregada do monopólio da qualificação profissional, para um mercado de trabalho que tende a ser, cada vez mais, frustrante, na medida em que continuarmos a formar profissionais que não encontram acolhida no âmbito de sua especialização.

Não bastasse esse desafiador problema ainda não resolvido, a universidade brasileira não conseguiu, também, articular adequadamente as atividades de ensino e pesquisa.

Ao lado disso, impõe-se também pensar na extensão universitária, isto é, no cumprimento de uma tarefa, que é política, de fazer com que a universidade por sua vez resgate o compromisso com a realidade social que a cerca, contribuindo, assim, para a melhor solução dos nossos problemas.

Não foi por outra razão que, certa feita, o grande pensador do nosso século, Alceu Amoroso Lima, disse assentar-se o edifício universitário em três pilares ideológicos que se podem denominar “universalidade cultural, especialização científica e participação social” — participação social compreendida como extensão. Isso faz parte do próprio conceito de universidade, além de ser, nos

termos da definição legal de nosso sistema educacional, exigência da vida universitária.

De mais a mais, é indispensável que se proceda ao fortalecimento institucional da universidade e à democratização de suas estruturas administrativas.

Aperfeiçoamento do ensino

Há que estabelecer-se, além disso, um plano nacional de educação, compreendendo políticas, metas e recursos.

Seu integral cumprimento, contudo, não significará que terminamos a nossa tarefa. Pelo contrário, será a indicação de que apenas a começamos. Nós temos que começar proporcionando escolas a todos os brasileiros. Temos que ampliar o tempo de permanência da criança e do adolescente na escola. Precisamos melhorar a qualidade do ensino ministrado, aumentar os anos de escolaridade obrigatória e suprir as deficiências que a família não pode superar.

Temos que diminuir o fosso das diferenças, se quisermos assegurar igualdade de oportunidade educacional para todos. A partir daí, seremos capazes de contribuir para reduzir os desníveis pessoais e regionais, de gerar meios para suplantãr os terríveis contrastes de nossa sociedade e criar condições para que se consolide nossa experiência democrática e nosso projeto de desenvolvimento.

Assim, é de se crer, estamos proporcionando aquilo que é efetivamente nosso dever: dar a todos a melhor educação que pudermos, como é da natureza e da essência da democracia que estamos construindo.

27 CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL
a n o s

